

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERANÇA OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

CAPÍTULO 9

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 05/07/2020

Edna Alves Muniz

Ministério Público do Estado do Ceará
Fortaleza – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/3737140850255002>

Ana Laura Lavor de Castro

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/4033987500966585>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades realizadas pelo “Projeto OSC legal” idealizado, pelo Centro de Apoio do Terceiro Setor – CAOSCC, com o propósito de realizar eventos de capacitação dirigidos aos gestores de organizações da sociedade civil, abordando temas como: regularidade do funcionamento das entidades, adoção de regras de governança, adequação dos estatutos à nova legislação, prática de prestação de contas, teoria e prática do marco regulatório das organizações da sociedade civil, além de elaboração, monitoramento e avaliação de projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação, Parcerias Públicas, Sustentabilidade, Governança, Projetos sociais.

LEGAL OSC PROJECT: LEGAL FITNESS AND TRAINING OF CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS.

ABSTRACT: This paper aims to report the activities developed in the “Legal OSC Project” idealized by the Third Sector Support Center – CAOSCC, aiming to carry out training events focused on the civil society’s managers, approaching themes such as: regularity of operations of the entities, adoption of governance rules, adequacy of the statutes to the current legislation, in addition to the elaboration, monitoring and evaluation of projects.

KEYWORDS: Training. Public partnerships. Sustainability. Social projects.

1 | INTRODUÇÃO

O Projeto OSC legal trata de capacitação direcionada aos gestores das Organizações da Sociedade Civil, visando à orientação quanto ao regular funcionamento das entidades com adoção de regras de governança, adequação dos estatutos à nova legislação, práticas de prestação de contas, bem como, elaboração de projetos, seu monitoramento e avaliação.

O projeto foi pensado a partir do resultado da consulta pública à sociedade, por meio do Fórum Social do Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE de 2017, o qual elegeu as demandas de atuação prioritárias do MPCE para o biênio de 2018 e 2019.

A consulta pública à sociedade foi realizada por meio de plataforma eletrônica, a

qual listava diversas demandas por área de atuação do Ministério Público. Dentre as áreas de atuação encontrava-se o Terceiro Setor e a demanda mais votada e referendada pelos participantes do Fórum, foi relacionada à capacitação das organizações da sociedade civil - OSCs em virtude da implementação da nova legislação, referente ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, Lei nº 13.019/2014, bem como do fortalecimento das OSCs atuantes no Ceará.

Segundo o MROSC, as Organizações da Sociedade Civil são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que atuam na promoção e defesa de direitos. Dentro dessa categoria existem as associações, fundações de direito privado, cooperativas e as organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social, distinguindo-se das atividades exclusivamente religiosas.

A capacitação objetivada através do projeto visa à organização jurídica e administrativa, possibilitando uma atuação de forma regular, com possibilidade de expansão das suas atividades através da captação de recursos. A regulamentação, o planejamento, a organização e a execução são, portanto, pilares da existência de uma organização social que de fato almeja alcançar seus resultados junto à sociedade.

O objetivo geral do projeto é capacitar os representantes das instituições que pretendam ter projetos aprovados pelo poder público, ou mesmo por entidades da sociedade civil ou setor privado. Já os objetivos específicos são: transmitir informações acerca das adequações necessárias dos seus estatutos e procedimentos à nova legislação, Lei nº 13.019/2014; orientá-las quanto ao seu regular funcionamento a partir da adoção de práticas de governança; capacitá-las para a elaboração, gestão e execução de projetos; capacitá-las para a prestação de contas, necessárias no caso de projetos realizados com recursos externos; e fortalecer a rede de organizações sociais, esclarecendo sobre o impacto positivo que geram quando bem administradas e reguladas.

Desse modo, o propósito do Projeto OSC legal transcende a capacitação dos representantes das instituições, visando, sobretudo, o fortalecimento e mobilização das OSCs, a fim de otimizar a atuação dessas instituições como parceiras do Estado e vetores de transformação social, tendo como norteadores os princípios de *Compliance*, *Disclosure* e *Accountability* preconizados pelas práticas de Governança nos diversos setores.

2 | METODOLOGIA

A ideia do projeto surgiu da constatação da fragilidade da maioria das entidades que representam as Organizações da Sociedade Civil, em nosso Estado, e diante da dificuldade de acesso às informações essenciais ao seu desenvolvimento. E ainda da consciência de que o fortalecimento das OSC's possibilitará o desenvolvimento mais eficaz de políticas públicas essenciais à sociedade. Cientes de que o conhecimento é ferramenta essencial para o crescimento e sustentabilidade em qualquer instituição, o Ministério Público do

Estado do Ceará, por meio do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor – CAOSCC, idealizou o “Projeto OSC Legal”, visando a realização de eventos de capacitação dirigidos aos gestores de Organizações da Sociedade Civil abordando temas como: regularidade do funcionamento das entidades, adoção de regras de governança, adequação dos estatutos à nova legislação, prática de prestação de contas, teoria e prática do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, além de elaboração, monitoramento e avaliação de projetos.

O Fórum Social do Ministério Público, naquele ano de 2017, teve como tema “Foco na transformação da realidade social do Ceará”, na oportunidade, apresentamos o Centro de Apoio, sua missão, equipe e funcionamento. Esclarecemos que o objetivo principal do Encontro foi discutir com a sociedade os resultados do Fórum, disponibilizado através de pesquisa eletrônica ocorrida durante os meses de setembro e outubro daquele ano, para a definição das prioridades institucionais desse Centro de Apoio, no biênio de 2018 e 2019. Discutiu-se as prioridades relacionadas pela sociedade, referente ao Terceiro Setor, dentre elas, destacaram-se as seguintes, referendadas pelos presentes: Identificação, fiscalização e orientação às entidades, com atenção especial às que recebem recursos públicos; Criação de núcleo de práticas jurídicas do terceiro setor, nas áreas: Direito, Administração, Contabilidade e Serviço Social; Aproximação do Ministério Público junto aos Conselhos com fito de fiscalização e monitoramento quanto ao seu funcionamento e formação, bem como o cumprimento pelo poder público da legislação pertinente; Implementação e fiscalização do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; Capacitação continuada de representantes de fundações e associações.

Reforçamos que a ideia do Encontro foi estabelecer uma maior aproximação, através de um diálogo aberto, transparente e colaborativo entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil, conselhos, instituições públicas e sociedade civil com o Ministério Público. A partir daí, buscou-se formatar o modelo das capacitações e identificar os representantes das organizações da sociedade civil do Estado do Ceará, com o objetivo de fortalecer a atuação, garantir a sustentabilidade e facilitar o acesso a verbas públicas, por meio da elaboração de projetos para captação de recursos. A busca pela garantia da sustentabilidade administrativa das instituições é amparada no conceito de Governança que, segundo Carioca, Luca e Ponte(2010), propõem a adoção de boas práticas, às quais são: transparência (*disclosure*), prestação de contas (*accountability*), cumprimento das normas (*compliance*) e equidade (*fairness*).

O Projeto iniciou-se, de forma efetiva, entre junho/2018 e julho/2018, com uma turma piloto, com 12 horas de duração, a capacitação foi distribuída em três módulos, conforme os seguintes temas: transparência e prestação de contas; construção, monitoramento e avaliação de projetos; adequação dos estatutos à nova legislação. Insta ressaltar que esta turma foi formada, preferencialmente, por gestores de instituições que apresentaram projetos junto ao FDID, e não lograram êxito, em 2017. Foram 81 instituições convidadas, 25 entidades participaram e 35 representantes foram capacitados.

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDID é um fundo estadual gerenciado pelo MPCE que tem como objetivo financiar projetos que visem à defesa de direitos difusos e coletivos bem como, ações educativas relacionadas a danos causados a esses direitos. Os recursos advindos desse fundo são provenientes das multas aplicadas pelo DECON, bem como das multas judiciais decorrentes das ações civis públicas movidas pelo Ministério Público e Defensoria Pública que tenham por objeto a tutela de direitos difusos.

Após a primeira turma, a complexidade do conteúdo, bem como, o baixo aproveitamento dos participantes demonstrou a necessidade de alterar o modelo da capacitação. Reformatada, a capacitação foi ofertada em módulos independentes.

No decorrer de 2018, foram ofertadas três turmas, em setembro/outubro/novembro, na cidade de Fortaleza, com o módulo referente à constituição e manutenção das entidades. Nesse segundo momento, convidamos 433 instituições, 68 entidades participaram e 100 representantes foram capacitados.

Em Fortaleza, no decorrer de 2019, tivemos quatro momentos, destinados, preferencialmente, àqueles representantes que foram capacitados em 2018.

Além de promover a capacitação das organizações da sociedade civil, com foco na atualização dos seus estatutos ao novo regramento jurídico, orientação quanto ao seu regular funcionamento e noções de governança, visamos contribuir para a discussão, bem como, a compreensão de modelos e ferramentas voltados para a elaboração, gestão, monitoramento & avaliação de projetos de desenvolvimento econômico e social.

Em paralelo, tivemos momentos com as instituições no interior do Estado do Ceará, denominamos essa fase de interiorização da capacitação. Este fato se deu em virtude de convite de instituições das seguintes comarcas: Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá, Varjota e Aquiraz. As aulas foram ministradas pela Coordenadora do Projeto. Foram capacitados 361 representantes de instituições.

Importante ressaltar que todos os palestrantes vieram como voluntários. Durante o desenvolvimento de todo o projeto, o Ministério Público do Ceará somente arcou com o pagamento de passagem e hospedagem de 4 (quatro) palestrantes. As capacitações foram integralmente gratuitas para as instituições, inclusive a distribuição de material atualizado referente ao Terceiro Setor, também produzido pelo Centro de Apoio e custeado pelo MPCE.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação do Projeto OSC legal foi pensada e executada com a motivação de mudar o cenário em que as organizações da sociedade civil se encontravam no Ceará, tendo como mote de sustentação para desenvolver suas atividades, as parcerias públicas feitas com as instituições atuantes.

Os indicadores utilizados para avaliar o processo de implementação do projeto, a fim de mapear as forças e limitações no aspecto estrutural do projeto e no campo de atuação,

foram: número de OSCs atendidas; número de representantes de OSCs capacitados; número de encontros realizados; número de cartilhas “Constituição e Manutenção de Fundações e Associações” impressas; número de projetos apresentados ao FDID em 2019; e número de projetos aprovados pelo FDID em 2019. Diante do desenvolvimento do ciclo de 2019, temos os seguintes resultados:



Figura 1 – Resultados Projeto OSC Legal

Fonte: Parte integrante do Relatório Anual de Atividades do CAOSCC, referente ao exercício de 2019. Referido documento foi encaminhado, por determinação legal, à Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará.

Além dos resultados ilustrados pela Figura 1, podemos destacar a criação da *mailinglist* que atualmente conta com 490 participantes e a criação do grupo de WhatsApp que conta com 269 participantes. Dos dez encontros realizados em 2019, seis foram voltados para a interiorização do projeto, buscando fortalecer a estrutura institucional, bem como a atuação das OSCs no interior do Estado. Ademais, todas as OSCs que tiveram projetos aprovados pelo FDID em 2019, totalizando em oito, participaram de alguma capacitação ofertada pelo Projeto OSC legal.

No ciclo de implementação de 2019 tivemos a oportunidade de observar um salto no desempenho das OSCs no que diz respeito à participação nos editais do FDID, como está exemplificado na figura a seguir:

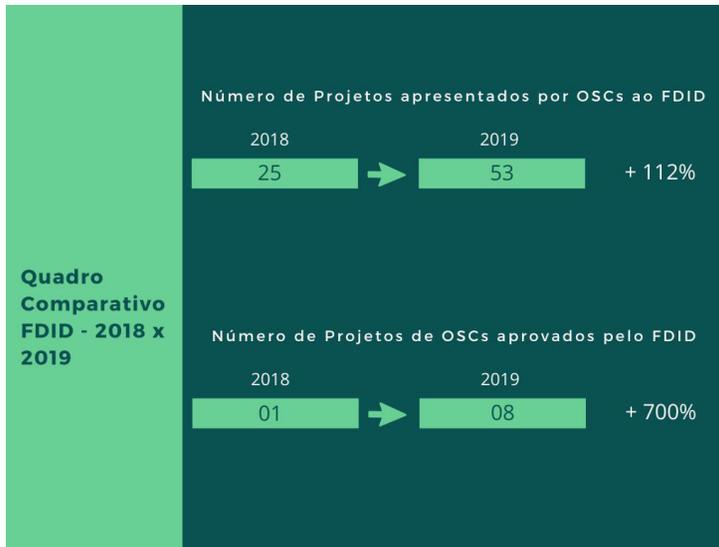


Figura 2 – Quadro comparativo dos resultados apresentados pelo FDID 2018/2019

Fonte: Elaboração própria feita a partir dos dados cedidos pelo FDID.

A partir do que foi exposto na figura anterior, podemos inferir que o impacto causado pelo Projeto OSC legal tem sido de grande relevância uma vez que buscou, de forma incansável, capacitar e fortalecer as instituições com o intuito de incentivar a regular institucionalização e a participação destas em editais, tendo como exemplo o edital do FDID, obtendo como resultado um crescimento no número de participação no processo de chamamento público, bem como no número de projetos aprovados.

4 | ANÁLISE CONJUNTURAL DO PROJETO OSC LEGAL

Como ferramenta de análise do cenário e processo de implementação, apresentamos aqui a utilização da matriz SWOT (*Strengths, Weakness, Opportunities e Threats*), também traduzida como FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Para Dias e Ferreira (2009), esse modelo permite colocar os fatores externos, oportunidades e ameaças, de acordo com os fatores internos, forças e fraquezas, a fim de conseguir propor ações estratégicas pra lidar com os pontos de riscos envolvidos no andamento do projeto.

Os fatores conjunturais que perpassam o projeto sejam pela perspectiva interna ou pela perspectiva externa estão resumidos a seguir:

Análise FOFA Projeto OSC Legal - 2019



Figura 3 - Análise FOFA Projeto OSC legal

Fonte: Elaboração própria.

Partindo de uma observação dos aspectos internos do projeto temos as forças e as fraquezas relacionadas à execução. As principais forças observadas são: o comprometimento da equipe de execução do projeto que, por sua vez, levanta esforços para assegurar o bom funcionamento e resultado do projeto; e o forte apoio institucional que o Ministério Público do Estado do Ceará oferece ao projeto. As fraquezas são: número de profissionais da equipe de execução, uma vez que a grande carga de trabalho fica distribuída entre uma Promotora de Justiça e uma Assessora Técnica; e a burocratização para a impressão de material gráfico a ser disponibilizado como apoio teórico das capacitações.

Ao observarmos os aspectos externos do projeto temos as oportunidades e ameaças. As oportunidades são: interiorização do projeto em virtude da expansão de atuação no Estado do Ceará; o uso das redes sociais para fortalecer o contato com as instituições, podendo atingir um maior número de interessados pela temática; e as parcerias firmadas com instituições públicas e privadas que têm interesse em apoiar a atuação do projeto. A principal ameaça observada é a interferência política na atuação das instituições em virtude da fragilidade estrutural e da facilidade de manipulação dos dirigentes destas.

A realização do projeto demonstrou a necessidade de maior aproximação entre o Ministério Público e as OSCs, e que essas instituições devem ser identificadas e trabalhadas por área de atuação.

Percebemos a necessidade de trabalhar o fortalecimento das instituições localizadas nas áreas de maior vulnerabilidade social, a fim de que o trabalho por elas desenvolvido

tenha maior abrangência e eficácia. O maior risco enfrentado foi a baixa adesão, inicial, das instituições, bem como, a grande dificuldade de assimilação dos conteúdos ofertados, por parte dos participantes. Muito embora, as aulas tenham sido ministradas de forma simples e acessível. Constatamos, ainda, uma maior adesão das instituições a partir do uso das redes sociais, fato que fortaleceu a divulgação dos eventos.

Podemos considerar como um dos indicadores de sucesso, o aumento de 112%, em 2019, no número de projetos inscritos por OSCs no edital do Fundo de Direitos Difusos do Ceará (FDID), em comparação a 2018. Das 35 instituições que apresentaram projetos, 15 participaram das capacitações realizadas pelo MPCE e, ao final do certame, todos os projetos aprovados foram apresentados por entidades participantes do projeto OSC legal. Além de organizações do terceiro setor, também foram selecionadas iniciativas de órgãos e entidades públicas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do projeto superou nossas expectativas, tanto pelo número de representantes de OSCs atingidos, quanto pela movimentação que observamos na capital e cidades do interior, demonstrando um despertar de nova consciência por parte dos representantes de OSCs. Representantes de 365 organizações da sociedade civil cearense participaram, no biênio 2018-2019, de capacitações do projeto “OSC legal”, idealizado pelo Centro de Apoio do Terceiro Setor – CAOSCC, com o objetivo de fortalecer instituições do Terceiro Setor, visando sua sustentabilidade administrativa.

Cerca de mil integrantes de organizações da sociedade civil (OSC) participaram de capacitações, palestras e seminários sobre boas práticas de governança, legislação estatutária, marco regulatório, prestação de contas, elaboração de projetos, monitoramento e avaliação com profissionais de renome. Também foram distribuídos materiais informativos e modelos de documentos essenciais às OSCs. A criação de um grupo no aplicativo WhatsApp e de um *mailing list* contribuiu para a articulação e comunicação entre as organizações envolvidas.

O projeto mostrou às instituições, que o Ministério Público, antes de órgão de fiscalização e controle, pode ser um parceiro e disseminador de conhecimento. E essa transmissão de conhecimento resulta no seu fortalecimento. Temos como convicção que uma sociedade justa e moderna só se constrói através da liderança daqueles que têm sensibilidade para perceber as necessidades da comunidade. Conhecer para melhor trabalhar e qualificar as entidades aumentando a sua capacidade de atuação é o principal objetivo do projeto OSC legal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal do. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília, DF.

CAOSCC, Centro de Apoio Operacional das Organizações da Sociedade Civil, Cível e do Consumidor. Constituição e Manutenção de Fundações e Associações. Fortaleza, julho, 2019.

CAOSCC, Centro de Apoio Operacional das Organizações da Sociedade Civil, Cível e do Consumidor. Relatório Anual de Atividades, exercício de 2019.

CARIOCA, Karla Jeanny Falcão; LUCA, Márcia Martins Mendes De; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Implementação da Lei Sarbanes-Oxley e seus Impactos nos Controles Internos e nas Práticas de Governança Corporativa: Um Estudo na Companhia Energética do Ceará – COELCE. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 6, ed. 4, p. 50-67, 2010. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1388>>. Acesso em: 7 fevereiro de 2020.

DIAS, Rosane de Oliveira Gomes Guimarães; FERREIRA, Aracéli Cristina Sousa. A matriz SWOT como ferramenta de gestão estratégica: o caso do Centro de Operações da Área Financeira Petrobras. XVI Congresso Brasileiro de Custos. Ceará, Brasil, 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1054/1054>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z

Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 